

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CT DA MEO

10 de Agosto de 2023

PRESENCAS

Ana Patricia Silva, António Santos, Francisco Gonçalves, Isabela Mendes, Jaquelina Brito, Jorge Pinto, Rui Pedro Moreira e Sérgio Pato.

AUSÊNCIAS

Fernando Patricio (férias), Maria José Cardoso (baixa médica) e Vitor Correia.

ORDEM DE TRABALHOS:

- Votação da Ata da 7ª Reunião;
- Apresentação das Ações do Secretariado entre reuniões ordinárias e em plano;
- Operação Picoas;
- Votação da proposta de Carta à CEO;
- Votação da Providência Cautelar sobre o Controle de Gestão;
- Análise das necessidades de Formação do Coletivo da CT

No dia 10 de agosto de 2023, com início às 09h42, em formato online via Teams, iniciou-se a oitava reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores (CT) da MEO, com a presença de 8 membros do Coletivo da CT.

Jorge Pinto deu início à reunião, dando conhecimento das ausências e respetivas justificações conhecidas, lembrou a proposta de Ordem de Trabalhos e pediu desculpas pela demora no envio da ata, em aprovação no primeiro ponto da mesma, colocando à consideração a possibilidade da aprovação da ata passar para a reunião ordinária de setembro.

Francisco Gonçalves pediu a palavra para solicitar a inclusão de um ponto prévio à Ordem de Trabalhos, referindo ter uma declaração para ler e informando que ainda não leu a ata, por a mesma ter sido enviada apenas ao final do dia anterior.

Sem objeção de nenhum dos presentes, deu-se início de imediato ao ponto prévio, sendo lida uma declaração para ser incluída na presente ata, tendo a mesma sido deixada na sala da CT em Picoas. Em conformidade com o que foi lido, Francisco Gonçalves e Sérgio Pato saíram da reunião, tendo a mesma prosseguido com os restantes 6 eleitos.

Entrando, na Ordem de Trabalhos, foi **Colocada a votação a Ata da 7ª Reunião Ordinária, sendo a mesma aprovada com 5 votos a favor.** Um elemento do Coletivo da CT não votou por não ter estado presente na reunião a que a ata dizia respeito.

Passados ao ponto **Apresentação das Ações do Secretariado entre reuniões ordinárias e em plano**, Jorge Pinto informou que o Secretariado foi recebido pelo Ministro das Infraestruturas, onde foram transmitidas as preocupações dos trabalhadores e recebido o compromisso do ministro em acompanhar de perto a situação que envolvia a Altice Portugal. António Santos informou que foram enviados vários emails à empresa, como por exemplo: foi pedida a substituição das máquinas de café do edifício de Tenente Valadim (supostamente de uma das empresas visadas na Operação Picoas) e foram pedidas cópias dos contratos da ACS. Jaquelina Brito recordou que a próxima reunião do coletivo com a empresa está agendada para dia 7 de setembro. Jorge Pinto concluiu o ponto com a indicação da intenção do Secretariado em continuar a tentar agendar a 2ª Mesa Redonda com os Sindicatos, visto que a agendada para 9 de agosto ter sido desmarcada em comum acordo com o STPT, único Sindicato que tinha demonstrado disponibilidade em estar presente na reunião.

Adicionalmente Jorge Pinto, informou que a DGERT remeteu à CT um pedido de participação numa reunião de mediação de conflitos entre o Sindicato STT e a Altice Portugal, tendo sugerido a sua participação em representação da CT. O mesmo foi votado favoravelmente, por unanimidade.

Entrando no ponto da Ordem de Trabalhos relativo à **Operação Picoas** foi feito pelo Jorge Pinto um breve enquadramento, remetendo para o Comunicado do Secretariado aos Trabalhadores (já enviado e em preparação, a anexar à ata), lamentando que o que se conhece é de domínio publico e que tivemos acesso ao mesmo pela Comunicação Social.

Ana Patricia Silva, António Santos, Isabela Mendes, Jaquelina Brito e Rui Pedro Moreira foram consensuais nas suas considerações sobre a Operação Picoas, por um lado criticando a falta de informação por parte da empresa e por outro a forma como a empresa foi lesada e não aparenta fazer nada para recuperar esses valores em prol dos trabalhadores.

Relativamente ao ponto **Votação da proposta de Carta à CEO**, o mesmo foi retirado da Ordem de Trabalhos devido à mesma ter como objetivo um documento subscrito por unanimidade (conforme partilhado previamente por todos os membros do coletivo).

Retomada a Ordem de Trabalhos entrou-se no ponto **Votação da Providência Cautelar sobre o Controle de Gestão**. Foi explicado pelo Jorge Pinto a origem deste ponto na Ordem de Trabalhos (com base no e-mail do Chefe de Gabinete da CEO que recusa à CT o Controle de Gestão consagrado na lei), tendo sido complementado pelo António Santos a eficácia da medida. Todos os presentes apresentaram os seus pontos de vista quanto à tomada de medidas de conciliação com a empresa. Foi então incluído neste ponto a votação de apresentação de uma exposição à DGERT e uma queixa ao ACT, ficando desde já deliberado a possibilidade de se usar o instrumento da Providencia Cautelar caso se justifique, após estas suas primeiras ações de mediação e intervenção das autoridades. Colocada a votação este ponto reformulado, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

No ponto referente à **Análise das necessidades de Formação do Coletivo da CT** foi dado a conhecer pelo Jorge Pinto a proposta apresentada pela empresa, para formação em Código do Trabalho, sendo a mesma essencialmente composta por vídeos e um formador para resposta a questões, tendo-se concluído após os comentários de todos, que a mesma não se coaduna com o pretendido. O Secretariado vai assim avaliar junto do mercado de formação, opções com formação à medida, de preferência online, sobre a mesma temática.

A reunião terminou às 12h30 com a leitura de um esboço da minuta da ata.

Anexos:

- Minuta da Ata
- Comunicados do Secretariado da CT aos trabalhadores sobre a Operação Picoas
- Declaração e Protesto de Francisco Gonçalves e Sérgio Pato

MINUTA DA ATA

8ª REUNIÃO DA CT DA MEO

Dia 10 de agosto de 2023, com início às 9h42, em formato online via Teams, iniciou-se a oitava reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores (CT) da MEO com a presença de 8 membros eleitos da CT.

Não estiveram presentes o Fernando Patricio (férias), a Maria José Cardoso (baixa médica) e o Vitor Correia.

O Jorge Pinto, enquanto Coordenador da CT, iniciou a reunião recordando a Ordem de Trabalhos:

- Votação da Ata da 7ª Reunião;
- Apresentação das Ações do Secretariado entre reuniões ordinárias e em plano;
- Operação Picoas;
- Votação da proposta de Carta à CEO;
- Votação da Providência Cautelar sobre o Controle de Gestão;
- Análise das necessidades de Formação do Coletivo da CT

Como ponto prévio o Francisco Gonçalves leu uma declaração e no seguimento do proferido o Sérgio Pato e o próprio abandonaram a reunião.

A ata da 7ª reunião foi aprovada com 5 votos a favor. Um elemento do Coletivo da CT não votou por não ter estado presente na reunião.

Deliberou-se que Jorge Pinto representaria a CT na reunião com a DGERT na mediação do conflito entre o STT e a Altice Portugal e que o Secretariado iria fazer uma exposição à DGERT e queixa à ACT, com possibilidade de evoluir para providência cautelar caso seja recusada o acesso ao Controle de Gestão. Ambas as votações por unanimidade.

O ponto da votação da proposta de Carta à CEO foi retirado da Ordem de Trabalhos.

Ocorreu a discussão dos restantes pontos da Ordem de Trabalhos sem que nada de concreto e factual se tenha incluído na minuta da ata.

A reunião terminou às 12h30 com a leitura de um esboço da presente minuta da ata.

Comissão de Trabalhadores MEO

From: Comissão de Trabalhadores MEO
Sent: 28 de julho de 2023 10:25
To: Comissão de Trabalhadores MEO
Subject: Comunicado do Secretariado da CT

Expires: 24 de janeiro de 2024 00:00

COMUNICADO AOS TRABALHADORES – OPERAÇÃO PICOAS

Não obstante a primeira posição pública da CT ter sido comunicada no dia 17 de julho no nosso site oficial (www.ctmeo.pt) e ter sido tema em destaque na newsletter CT@MEO de 20 de julho, a Operação Picoas foi o mote para termos solicitado reuniões com urgência com a Presidente Executiva da Altice Portugal, que fez saber que só tem disponibilidade para setembro, e com o Ministro das Infraestruturas, que recebeu o Secretariado em audiência no dia 25 de julho, e para uma reunião aberta do Secretariado da CT com os membros eleitos para a CT (nacional) e das Sub-CT's (locais) no dia 26 de julho.

No resultado de todas estas ações do Coordenador e restante Secretariado da CT, no dia 26 de julho enviámos as seguintes solicitações à Presidente Executiva da Altice Portugal:

1. Anunciada que foi a auditoria interna (por uma entidade externa) a todas as compras aos fornecedores alegadamente envolvidos num suposto esquema lesivo à Altice Portugal, dona da MEO, e para cumprimento da lei, à CT deverá ser dada a oportunidade de intervir nos detalhes da mesma, em qualquer fase do processo, naquilo que é o controlo de gestão e está previsto no artigo 423.º n.º 1-b) do Código do Trabalho;
2. Visados nessa auditoria e/ou consequência da mesma, à CT devem ser indicadas as razões objetivas da alegada culpabilidade dos trabalhadores suspensos de funções (ou de licença), de forma a medirmos o alcance destas ações e quais as direções, departamentos e equipas que estão a ser monitorizados, neste momento. Verificando-se responsabilidade dos envolvidos/as, seja qual for o grau de exposição dos mesmos/as e as funções desempenhadas, deseja a CT saber que tipo de ações pretende a Empresa aplicar a esses e essas trabalhadores/as, provando-se dolo e/ou negligência;
3. À CT da MEO, dado ser esta uma das empresas do universo Altice Portugal, interessará avaliar que “remédios” a Administração estará a considerar para o futuro, na medida em que a solvabilidade da empresa e a manutenção dos milhares de postos de trabalho não poderão estar em causa. Interessa, portanto, aferir o valor global em que a Altice foi penalizada - e por arrasto, a MEO - e terá de ser claro se a Administração tem alguma estratégia para reaver o valor alegadamente “perdido” e qual o reforço dos capitais próprios previstos para a consolidação da Empresa. Damos nota, neste momento, que aguardamos, desde janeiro de 2023, que a Administração da MEO nos forneça os dados financeiros que estão previstos no artigo 424.º n.º 1-f) do Código do Trabalho;
4. Deixar claro que teremos em conta as conclusões que forem conhecidas e, se existir enquadramento legal para tal, a CT não exclui a possibilidade de agir judicialmente contra os alegados autores dos crimes, na perspetiva da MEO ser ressarcida dos prejuízos (e na ausência de quaisquer medidas análogas, que desde o primeiro momento incitamos a Administração a tomar).

Na reunião que juntou os representantes eleitos na CT e Sub-CT, ficou bem evidente que não existe a confiança e tranquilidade de que todos temos ouvido falar.

Apesar dos apelos que a Comissão de Trabalhadores endereçou à gestão e à Presidente Executiva, para que seja considerada como parte da solução, lamentavelmente, não se vislumbra a intenção de estarem a considerar essa possibilidade.

Da Comissão Executiva, e da Presidente Executiva em particular, gostaríamos de ouvir o que têm a dizer sobre os alegados crimes praticados sob a vossa gestão, que lesaram a Altice, e também qual a estratégia que está a ser

pensada para recuperar o desfalque, dado que essas verbas são necessárias para a operação, no mínimo para capitalizar a empresa. Será inclusive muito útil e importante para entregar e repor aos trabalhadores o que lhes foi retirado durante os últimos anos de parcos aumentos salariais.

Precisamos de clareza quanto ao passado recente da empresa e como a Gestão está a projetar o futuro, e que tipo de ensinamentos tirarão desta tragédia. Mais do que palavras, este é o momento de agir. Precisamos de respostas e de certezas, não de eufemismos.

Por último, algumas palavras para os Sindicatos: não é altura de continuarem a digladiar-se em público, nem de combaterem sem juntar forças, ou de insistirem em ignorar a Comissão de Trabalhadores. Com posturas como essas, todos nós perdemos, nomeadamente os trabalhadores que vocês representam. Agendámos uma segunda Mesa Redonda com todos os sindicatos para 9 de agosto. Esperamos que estejam presentes!



Comissão de Trabalhadores MEO

Coordenador | Secretariado

213531720

ct.meo@altice.pt

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 - Fórum Picoas, sala A3

1069-300 LISBOA

ctmeo.pt

Na Altice Portugal respeitamos o tempo de todos os nossos colegas e parceiros, como tal, não esperamos que este e-mail seja respondido fora do seu horário de trabalho.

Comissão de Trabalhadores MEO

From: Comissão de Trabalhadores MEO
Sent: 11 de agosto de 2023 13:56
To: Comissão de Trabalhadores MEO
Subject: Comunicado do Secretariado da CT

Expires: 7 de fevereiro de 2024 00:00

COMUNICADO AOS TRABALHADORES – OPERAÇÃO PICOAS (ATUALIZAÇÃO)

Na sequência da Apresentação de Resultados do 2º trimestre de 2023, a Comissão de Trabalhadores da MEO, através do seu Secretariado, fez questão de lembrar a Presidente Executiva que logo que se teve conhecimento da “Operação Picoas” e da subsequente suspensão de trabalhadores, invocou o direito inequívoco à informação e ao controlo de gestão, previstos no Código do Trabalho. Mais ainda, em pleno exercício deste direito legal, procurou conhecer de forma clara e imediata quais as empresas de auditoria externa que seriam responsáveis por conduzir a investigação interna.

Lamentavelmente, constata-se que a nenhuma destas questões foi dada resposta à CT. Esta omissão é particularmente notória, tendo em conta que a informação em causa é agora de domínio público. Não poderíamos deixar de informar a Presidente Executiva que estamos empenhados em formalizar uma exposição junto da DGERT e apresentar uma queixa à ACT, visto que continuam a negar informações à Comissão, entidade que representa os direitos e interesses de todos os trabalhadores.

Insistimos firmemente na necessidade premente da Comissão de Trabalhadores avaliar de forma precisa o impacto financeiro real que se abate sobre a empresa. É imperativo garantir que os postos de trabalho não estejam em risco, independentemente de eventuais erros de gestão.

O Secretariado da CT informou ainda que, tendo em conta a comunicação dirigida aos investidores por Patrick Drahi, na segunda-feira passada, onde manifestou "choque" e "desilusão" face à investigação de corrupção em Portugal e mostrou-se disponível para reunir com os trabalhadores e os seus representantes; Em resposta, a Comissão de Trabalhadores da MEO enviou um email a Patrick Drahi a solicitar o agendamento de uma reunião.

De igual modo, importa salientar que, na mesma ocasião, durante a apresentação dos resultados, foram celebrados números extraordinariamente positivos e aplaudíveis para a performance da Altice Portugal. No entanto, não podemos ignorar o facto de que os trabalhadores não foram beneficiados de acordo com o mérito destes resultados. Em 2023, para a maioria dos trabalhadores, os aumentos salariais situaram-se entre um modesto intervalo de 2% a 3,5%, um cenário manifestamente distante do que é justo e necessário.

Adicionalmente, tal como informámos todos os trabalhadores no comunicado anterior, agendámos uma Mesa Redonda com todos os Sindicatos para dia 9 de agosto. De notar que o único sindicato a demonstrar disponibilidade para uma colaboração efetiva com a Comissão de Trabalhadores foi o STPT, sendo que acabámos por cancelar a reunião, ficando prometida uma reunião bilateral para breve.

A Frente Sindical (SINTTAV, SNTCT, STT, FE e SINQUADROS), que surpreendentemente não adotou uma postura de silêncio desta vez, solicitou o adiamento desta reunião, baseando-se num pedido de reunião com Patrick Drahi e numa reunião já agendada com o Ministro das Infraestruturas para o dia 16 de agosto, remetendo a Mesa Redonda para uma outra data, sem sequer indicar qual ou responder à sugestão dada pela CT.

No dia de ontem, os elementos da Frente Sindical, que atualmente se encontram em minoria na Comissão de Trabalhadores (e que em tempos a dominaram), decidiram não participar na reunião mensal ordinária do coletivo, sob forma de protesto, sabendo que na Ordem de Trabalhos estavam temas tão importantes como a análise da “Operação Picoas” e outras medidas extremamente importantes para o futuro. Esta ausência durante um momento tão crítico demonstra inequivocamente as suas prioridades e a sua verdadeira motivação.

Reafirmamos categoricamente o nosso compromisso incansável na defesa dos nossos direitos, na reposição do que nos foi indevidamente retirado e, se necessário, iremos até às últimas consequências para apurar responsabilidades. Enquanto quinze trabalhadores permanecem suspensos na Altice, não passa despercebido que outros indivíduos diretamente relacionados com os “esquemas” tornados publicos na comunicação social, continuam a atuar numa aparente impunidade.



Comissão de Trabalhadores MEO
Secretariado

213531720 | 226090118

www.ctmeo.pt | ct.meo@altice.pt

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 - Fórum Picoas, sala A3

1069-300 LISBOA

altice.pt

Na Altice Portugal respeitamos o tempo de todos os nossos colegas e parceiros, como tal, não esperamos que este e-mail seja respondido fora do seu horário de trabalho.

DECLARAÇÃO E PROTESTO

Francisco Manuel Cardoso Gonçalves, Maria José Sousa Cardoso, Fernando Manuel Nunes Patrício e Sérgio Braz Rodrigues Pato, elementos eleitos pela lista A da CT da MEO, declaram para os legais e devidos efeitos, o seguinte;

1º A reunião convocada para o dia de hoje, 10 de agosto de 2023, não cumpre os critérios inscritos nos estatutos, nomeadamente e entre outros, não cumpre o estipulado no Artigo 50º dos mesmos;

2º Hélder da Costa Pereira Ribeiro, elemento efetivo da Comissão de Trabalhadores, não foi convocado para participar na reunião, tendo aliás sido já comunicada á DGERT a sua substituição, com base em, alegadamente, ter o suprarreferido elemento, faltado injustificadamente a 3 reuniões consecutivas;

3º Os supra descritos elementos, subscritores da presente declaração e protesto, não só se pronunciaram contra tal entendimento, o que se encontra plasmado na Ata da 6ª reunião da CT da MEO de dia 15 de junho de 2023, como levaram já a apreciação da DGERT reclamação para verificação da nulidade da deliberação do secretariado que originou a perda de mandato;

4º De referir que, não só carece o secretariado de poderes para deliberar (desacompanhada da votação com maioria legalmente exigida) a perda de mandato – conforme descritos no Artigo 44º N.º 2 dos estatutos, como, ainda que assim se não entendesse, sempre se dirá não estarem sequer cumpridos os requisitos inscritos no N.º 1 do supra referido Artigo, uma vez que todas as faltas foram justificadas, não constando em qualquer Ata ou comunicação posterior que as mesmas se consideravam injustificadas.

5º Em resposta ao email do secretariado, datado de 19 de junho, veio aliás Hélder Ribeiro esclarecer que, não só comunicou as faltas, como apresentou justificação para as mesmas, considerando, pois, na ausência da comunicação legalmente exigível, que as referidas faltas estavam justificadas, entendimento que mantém nos moldes do supra exposto e que os restantes eleitos pela Lista A subscrevem na integra.

Assim, por considerem nulas não só a convocatória para a presente reunião como a deliberação do secretariado de perda de mandato do elemento eleito pela lista A, Hélder da Costa Pereira Ribeiro, os abaixo-assinados, como forma de protesto, e bem assim, ante a nulidade da convocatória, nos moldes supra descritos, decidem não permanecer na reunião, devendo a presente declaração, que será posteriormente entregue por escrito, fazer parte integrante da Ata.

Lisboa, 10 de agosto de 2023

Os subscritores:

